**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO:
   1. Registrar, em **Ata de Registro de Preços**, eventuais contratações de empresa especializada no fornecimento de espelho de papel para compor o conjunto de identificação funcional dos servidores do Departamento de Polícia Federal, a fim de prover a reposição e a regularidade de estoque do referido material, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo.
2. QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

**Tabela 1**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **PRODUTO** | **Detalhamento** | | **Qtde.**  **parcial** | **Qtde.**  **total/item** |
| 1 | Espelho modelo “A” | Espelho de Identificação Funcional para servidor ativo da carreira Policial Federal (**com porte de arma**). | | 100 | 2000 |
| 2 | Espelho modelo “B” | Espelho de Identificação Funcional para servidor inativo (**com porte de arma**) da carreira Policial Federal. | | 100 | 1500 |
| 3 | Espelho modelo “C” | Espelho de Identificação Funcional para servidor da carreira policial ativo e inativo (**sem porte de arma**) e servidor administrativo estatutário e celetista. | | 100 | 1000 |
| TOTAL GERAL | | | 4500 | | |

* 1. Detalhamento dos itens:
     1. Espelho de Identificação Funcional – Modelo “A”:
        1. Dimensões: altura de 100 mm e largura de 152 mm.
        2. Tipo de papel: papel filigranado de 94 g/m² (conforme padrão utilizado desde 1986).
        3. Impressões e cores: Impressão em offset, com 2 (duas) cores no fundo, 1 (uma) cor no texto e linhas e 5 (cinco) cores nas Armas da República.
        4. Elementos de segurança: marca d’agua e fibras invisíveis luminescentes.
        5. Prerrogativas: “O portador tem livre porte de arma e franco acesso aos locais sob fiscalização da polícia, sendo assegurada, quando em serviço, prioridade em todos os tipos de transportes e comunicações, públicos ou privados, devendo as autoridades prestar-lhe todo o apoio ou auxílio necessários ao desempenho de suas funções. Tem fé pública em todo o território nacional. (art. 6o. da Lei no. 10.826/2003, art. 33 do Decreto no. 5.123/2004, art. 4o. do Decreto no. 98.380/1989, art. 10 do Decreto no. 73.332/1973 e art. 1o. do Decreto no. 5.703/2006)”.

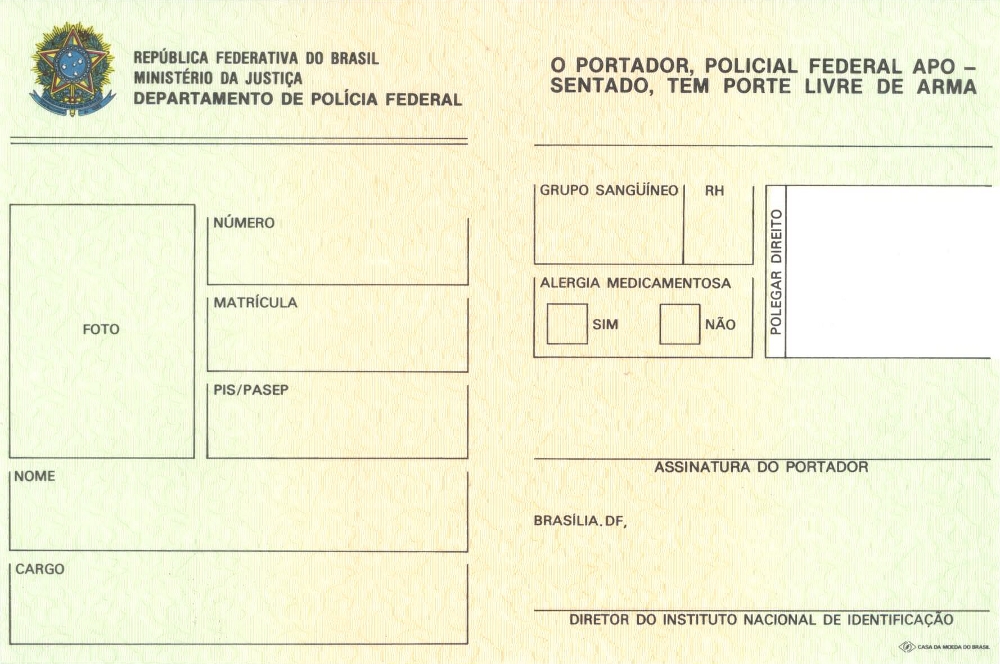
FIGURA 1 – MODELO “A”



**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

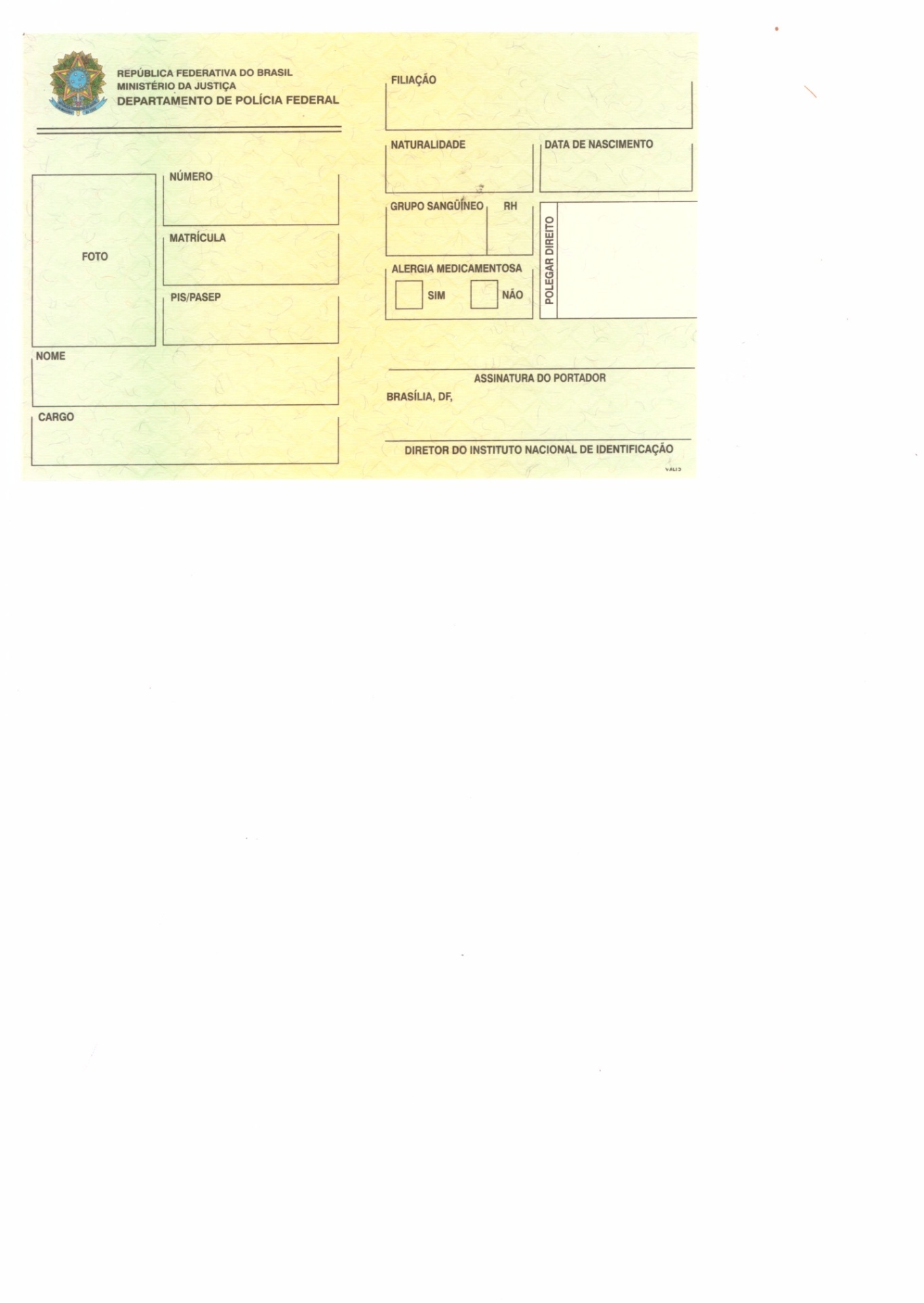
* + 1. Espelho de Identificação Funcional – Modelo “B”:
       1. Dimensões: altura de 100 mm e largura de 152 mm.
       2. Tipo de papel: papel filigranado de 94 g/m².
       3. Impressões e cores: Impressão em offset, com 2 (duas) cores no fundo, 1 (uma) cor no texto e linhas e 5 (cinco) cores nas Armas da República.
       4. Elementos de segurança: marca d’agua e fibras invisíveis luminescentes.
       5. Prerrogativas: “O PORTADOR, POLICIAL FEDERAL APOSENTADO, TEM PORTE LIVRE DE ARMA”.

FIGURA 2 – MODELO “B”



* + 1. Espelho de Identificação Funcional – Modelo “C”:
       1. Dimensões: altura de 100 mm e largura de 152 mm.
       2. Tipo de papel: papel filigranado de 94 g/m².
       3. Impressões e cores: Impressão em offset, com 2 (duas) cores no fundo, 1 (uma) cor no texto e linhas e 5 (cinco) cores nas Armas da República.
       4. Elementos de segurança: marca d’água e fibras invisíveis luminescentes.

FIGURA 3 – MODELO “C”



1. JUSTIFICATIVA:
   1. O Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, por intermédio do Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais - SEPEX é o órgão responsável pela expedição do conjunto de identificação do policial federal, em consonância com o disposto no artigo 4º, do Decreto 98.380/89.
   2. A Instrução Normativa nº 31/2010-DG/DPF, de 14.06.2010, nos artigos 26 e 24, combinados, prevê a validade dos antigos modelos (espelho e/ou cédula de identidade funcional + porta-funcional) de documentos de identificação funcional até que se promova a substituição pelos novos modelos (cartão de identidade funcional + porta-funcional).
   3. Salienta-se que devido a ocorrência de atrasos de naturezas diversas, não se encontram implantados os novos modelos de documentos de identificação funcional previstos por intermédio da Instrução Normativa nº 31/2010-DG/DPF. O respectivo projeto encontra-se em fase de reavaliação.
   4. O baixo quantitativo de documentos (espelhos) em branco presente nos estoques de material do SEPEX/INI indica a necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de espelho de papel para reabastecer os estoques do SEPEX/INI, visando atendimento a parte de novos policiais federais recém formados na Academia Nacional de Polícia-ANP, além da previsão de concurso público para provimento de aproximadamente 700 (setecentas) novas vagas para o cargo de Agente de Polícia Federal.
   5. O Sistema de Registro de Preços - SRP foi selecionado em razão da necessidade de aquisições programadas que observem a conveniência da aquisição parcelada pela Administração, visando ao atendimento gradual da demanda, de modo a evitar que grande quantidade do material seja adquirida e guardada/acondicionada em local seguro (cofre) por longo período e, assim, elidir a possibilidade de expor o bem, composto por material orgânico, a riscos, como por exemplo, o aparecimento de mofo (fungos) que, eventualmente, poderia comprometer a qualidade geral do conjunto de identificação funcional. Desta forma o SRP é a solução preferencial, segundo previsto no artigo 3º do Decreto no. 7.892/2013, inciso I - “*quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”*.
   6. Não foi efetuada a Intenção de Registro de Preços devido às peculiaridades da utilização do produto a ser contratado, pois o conjunto de identificação funcional somente pode ser expedido pela Polícia Federal, e mais especificamente pelo Instituto Nacional de Identificação, portanto, faz-se necessária que essa aquisição seja feita apenas para a Polícia Federal.
   7. O critério de julgamento para a contratação da empresa será aquela que apresentar o menor preço global, haja vista que trata basicamente do mesmo produto, diferindo apenas na distribuição dos caracteres específicos a cada modelo de espelho para a carteira funcional. Dessa maneira, caso houvesse um parcelamento de contratadas poderia haver perda de confidencialidade e padronização do bem a ser adquirido, e por conseguinte, do conjunto funcional confeccionado exclusivamente pela Polícia Federal.
2. RELAÇÃO DEMANDA x QUANTIDADE:
   1. Em referência ao quantitativo a ser adquirido, conforme explicitado no item 2. do presente Termo de Referência, estima-se a aquisição de até **4500** (**quatro mil e quinhentos**) espelhos pelo período de um ano.
   2. Além da estimativa para substituição de espelho de identificação funcional pelos mais diversos motivos (substituição por uso e desgaste, extravio, furto ou roubo, alteração de nome, vencimento do porte, etc.), existe a necessidade de atendimento a novos policiais a serem formados pela ANP/DPF.
   3. Ademais, para fins comprobatórios da justeza da quantidade demandada, somente em janeiro de 2016, ingressarão na Polícia Federal aproximadamente 700 novos servidores. Cabe ainda enfatizar que, anualmente, há aproximadamente 537 aposentadorias de Policiais Federais, e que a cada 03 anos há a obrigatoriedade da troca da carteira funcional desses policiais aposentados. Segue abaixo quadro estimativo (levantamento realizado com base na média dos últimos 10 anos), informado pela CRH/DRH/DGP/DPF:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CARGO** | **ANO** | | | | | | **TOTAL** |
| **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** |
| **DPF** | 76 | 76 | 76 | 76 | 76 | 76 | **456** |
| **PCF** | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 | **126** |
| **APF** | 341 | 341 | 341 | 341 | 341 | 341 | **2.046** |
| **EPF** | 79 | 79 | 79 | 79 | 79 | 79 | **474** |
| **PPF** | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | **120** |
| **TOTAL** | **537** | **537** | **537** | **537** | **537** | **537** | **3.222** |

**Fonte: CRH/DRH/DGP/DPF**

* 1. Deve-se considerar que as aquisições serão realizadas de acordo com as demandas existentes no decorrer do exercício financeiro, não sendo possível, portanto, inferir um quantitativo mínimo de unidades a ser cotado, principalmente pela sazonalidade e variabilidade dos fatores de demanda (Aposentadorias, extravios, autorização de novos concursos, etc).

1. FORMA DE ENTREGA:
   1. A empresa vencedora para o fornecimento dos espelhos de identificação funcional deverá entregar, de acordo com a necessidade, ou seja, gradualmente, em lotes de no mínimo 100 (cem) unidades por Modelo, até completar o total de 2000 (dois mil) espelhos Modelo “A”, 1500 (um mil e quinhentos) espelhos Modelo “B” e 1000 (mil) espelhos Modelo “C”. Os espelhos deverão ser entregues cortados (conforme as especificações constantes neste Termo de Referência), embalados e lacrados, com embalagem de forma a proporcionar ao produto a proteção necessária durante o transporte e estocagem.
2. DO RECEBIMENTO:
   1. O recebimento dos itens contratados dar-se-á da seguinte forma:
      1. Em caráter provisório, mediante assinatura no canhoto da Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser entregue em 02 (duas) vias; a DIREX/DPF não se responsabiliza por Nota Fiscal não protocolada pela Área de Protocolos, localizada no prédio do Instituto Nacional de Identificação/DIREX/DPF e/ou do Edifício Sede da Polícia Federal.
      2. Em definitivo, pelo atesto da despesa, mediante assinatura no canhoto da Nota Fiscal/Fatura, em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório.
         1. Para que seja dado recebimento definitivo, será realizada, a verificação da quantidade, qualidade e conformidade do material entregue com o pedido realizado e com as descrições constantes deste Termo de Referência e, ainda, em relação ao disposto pela legislação vigente e pelos órgãos oficiais de controle, para a aceitação da proposta, no que couber.
   2. A DIREX/DPF reserva-se o direito de, caso seja(m) constatada(s) incompatibilidade(s) entre os espelhos entregues e os ofertados com base nas especificações constantes no Termo de Referência, rejeitar o material, no todo ou em parte, além de sujeitar a Contratada às sanções previstas em Edital.
   3. Após o recebimento provisório ou mesmo tendo ocorrido o recebimento definitivo, na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada dos espelhos, os produtos defeituosos deverão ser obrigatoriamente substituídos, e isto durante todo o período de validade do produto, pela Contratada, arcando esta com o ônus decorrente, por outro em perfeitas condições de uso e em plena conformidade ao solicitado.
   4. Esta substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento da comunicação oficial da DIREX/DPF, sob pena de incorrer em ato que justifique sanção administrativa.
3. PRAZO DE ENTREGA:
   1. A licitante vencedora ficará obrigada a fazer a **entrega** dos espelhos referentes ao Modelo “A”, “B” e “C” no prazo máximo de **30** (trinta) **dias** **corridos** contados da data do pedido, que será feito a critério da Administração, mediante comunicação formal.
4. LOCAL DE ENTREGA:
   1. Os espelhos de identificação funcional deverão ser entregues no **Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais** doInstituto Nacional de Identificação – SEPEX/DSEG/INI/DIREX/DPF, localizado no SAIS - Área 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília/DF, tel.: (61) 2024-9311/2024-9431/9895, no horário de 09:00 às 11:30 e 14:00 às 17:00 horas.
5. PRAZO DE GARANTIA:
   1. O material entregue deverá ter validade mínima de 12 (doze) meses contados a partir da data do recebimento definitivo.
   2. Todos os custos de mão-de-obra, transporte ou quaisquer outros, para o atendimento da garantia, serão de inteira e total responsabilidade da contratada.
6. DAS AMOSTRAS:
   1. Encerrada a fase de lances, a licitante melhor classificada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, para encaminhar as amostras impressas de **espelhos (A prova de máquina)** ao Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais–SEPEX/DSEG/INI/DIREX/DPF, localizado no SAIS - Área 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília/DF, tel.: (61) 2024-9311/2024-9313, em horário comercial.
   2. Será disponibilizado também ao vencedor, caso haja interesse, 01 (um) **modelo de espelho Modelo “A”, “B” e “C”** atualmente utilizado, a título de empréstimo, devendo o mesmo ser devolvido no momento da entrega do produto.
   3. Caso as amostras da licitante melhor classificada não sejam aceitas, será convocada a sua sucessora e assim por diante até que seja selecionada empresa que apresente amostras que atendam a todas as exigências constantes neste Termo de Referência.
   4. A remessa das amostras apresentadas ficarão a cargo da licitante, não cabendo qualquer ônus à Administração.
   5. As amostras deverão estar acondicionadas individualmente em embalagem lacrada, e devidamente identificadas com os dados da empresa da licitante, e dispor, na embalagem, de informações quanto às características do item ou itens correspondentes, tais como data de fabricação, quantidade e modelo, bem como estar acompanhadas de catálogo ou folhetos do fabricante contendo informações técnicas detalhadas sobre as amostras para fins de comprovação do atendimento às especificações exigidas neste Termo de Referência.
   6. A Contratante deverá analisar as amostras em até 10 dias úteis, expedindo comunicado acerca da aprovação ou reprovação das amostras durante esse prazo. Os espelhos apresentados como amostras serão abertos para análises e, em caso de aprovação, **não** serão contados como parte do total a ser entregue posteriormente.
   7. Será necessário apresentação de amostras **para os itens 1, 2 e 3** **da Tabela 1** especificados neste Termo de Referência, devendo ser apresentadas para análise 01 (uma) amostra de espelhopara **cada Modelo.**
   8. Serão rejeitadas as amostras que:
      1. Apresentarem divergências em relação às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.
   9. Enquanto não expirado o prazo para entrega das amostras, a licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações nos produtos apresentados.
   10. A avaliação de cada produto será feita com base na amostra fornecida e na documentação oficial do fabricante. Serão efetuados testes e verificações de conformidade e resistência das amostras apresentadas pelos licitantes até que sejam consideradas aceitas pela Administração.
   11. Os espelhos apresentados como amostras deverão ter, obrigatoriamente, as mesmas características técnicas dos produtos que serão posteriormente entregues pela CONTRATADA.
   12. Mediante análise da amostra, se constatada tentativas de lesar a Administração por crimes inseridos nos incisos II, III e IV do Art. 96 da Lei 8.666/93, a licitante responsável pela amostra será imediatamente desclassificada, sem prejuízo de outras sanções administrativas e criminais.
   13. A exigência de apresentação de amostras é devida pela necessidade de padronização dos documentos de identificação funcional da Polícia Federal, cuja prerrogativa confere a seu portador porte de arma e franco acesso a locais sujeitos à fiscalização pública. Nesse diapasão, o produto a ser contratado não poderá conter alterações aos demais conjuntos de identificação funcional, permitindo o imediato reconhecimento pelos diversos órgãos públicos e privados.
7. DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS:
   1. Os espelhos entregues como amostras serão analisados pela Administração que, a seu critério, poderá consultar órgão oficial para manifestação técnica e, se consideradas aprovadas, **não** farão parte do quantitativo total a ser entregue posteriormente, quando solicitado.
   2. O Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais – SEPEX emitirá certificado opinando sobre a aprovação ou não das amostras analisadas, para cada item, com a finalidade de subsidiar e fundamentar a decisão do Pregoeiro, no que tange à conformidade e qualidade dos produtos apresentados.
   3. No julgamento das AMOSTRAS serão considerados os seguintes critérios:
      1. O atendimento às especificações constantes deste Termo de Referência.
8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:
   1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.
9. AVALIAÇÃO DO CUSTO
   1. O custo estimado total da presente contratação é de R$ 41.250 (quarenta e um mil, duzentos e cinquenta reais), correspondente ao somatório de R$ 18.333,33 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) referente ao item 1, R$ 13.750,00 (treze mil, setecentos e cinquenta reais) referente ao item 2 e R$ 9.166,67 (nove mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) deste Termo de Referência.
   2. O custo estimado foi apurado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado.
10. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA:
    1. A empresa contratada obrigar-se-á a:
       1. Entregar os itens contratados nos prazos e locais estabelecidos conforme as especificações técnicas exigidas no presente Termo de Referência.
       2. Substituir os espelhos entregues, obrigatoriamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, caso se apresentem impróprios para utilização ou em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e/ou com a proposta de preços, arcando com o ônus decorrente.
       3. Responder por todos os ônus referentes aos produtos e serviços contratados, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela DIREX/DPF ou pelo Instituto Nacional de Identificação.
       4. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Diretoria Executiva-DIREX/DPF e setores subordinados.
       5. A licitante deverá responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à DIREX/DPF, em decorrência da entrega dos espelhos, incluindo-se, também, os danos causados a terceiros, a que título for.
       6. Substituir, obrigatoriamente, o material entregue em desacordo com as especificações contidas neste documento, bem como aqueles que apresentarem defeito dentro do prazo de garantia, arcando com ônus decorrente.
       7. Tais materiais deverão ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação formal, arcando com o ônus decorrente.
       8. Respeitar os prazos máximos de entrega e/ou substituição dos materiais, sob pena de incorrer em ato que justifique sanção administrativa.
       9. A empresa fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no fornecimento dos materiais, sendo de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da nota de empenho, na forma do § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93.
       10. Em atendimento ao art. 3º da lei 8.666/93 e IN 01/2010 – SLTI/MPOG o licitante, a critério da administração, deverá fornecer documento comprobatório de **sustentabilidade ambiental dos processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas** que deram origem aos bens.
       11. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DIREX/DPF.
       12. Comunicar ao Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais-DSEG/INI/DIREX/DPF, com urgência, qualquer anormalidade na execução do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
       13. Respeitar os prazos máximos de entrega e/ou substituição dos espelhos, sob pena de incorrer em ato que justifique sanção administrativa.
       14. Manter, durante todo o período de execução do contrato e vigência da ata, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação, particularmente no que tange à regularidade fiscal e qualificações exigidas no processo licitatório.
       15. Não transferir o contrato a terceiros, sendo vedada a subcontratação integral e parcial dos serviços.
           1. Como o bem a ser contratado apresenta diferenças apenas na distribuição dos caracteres específicos a cada modelo de espelho para a carteira funcional, caso houvesse subcontratação poderia haver perda de confidencialidade e padronização do bem a ser adquirido, e por conseguinte, do conjunto funcional confeccionado exclusivamente pela Polícia Federal.
       16. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Contratada à continuidade do contrato.
       17. Prestar os serviços com rapidez e eficiência, dentro dos padrões exigidos pela Administração e em total conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência.
       18. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais- SEPEX/DSEG/INI/DIREX/DPF, quando da entrega do material.
       19. À CONTRATADA é vedada a impressão de qualquer marca, nome ou símbolo identificador da empresa no espelho.
       20. Cumprir as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.
11. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO:
    1. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato.
    2. Permitir o acesso às suas instalações, se necessário, para que se proceda a entrega do objeto especificado neste Termo de Referência.
    3. Verificar a conformidade dos espelhos entregues com as especificações contidas neste Termo de Referência com a proposta da CONTRATADA.
    4. Encaminhar comunicação formal à CONTRATADA caso os espelhos entregues se apresentem impróprios para utilização ou em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e/ou com a proposta de preços.
    5. Conferir e atestar as faturas correspondentes.
    6. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
    7. Prestar as informações e os esclarecimentos, pertinentes a este certame, que venham a ser solicitados.
12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
    1. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa às sanções previstas nas legislações específicas, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
       1. Advertência, que deverá ser feita com notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da empresa, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
       2. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades.
       3. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das demais penalidades.
       4. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação incidente no caso de inexecução total.
       5. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato e a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do firmado em contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.
    2. No caso de atraso de entrega ou inexecução das obrigações por parte da empresa, superior a 30 (trinta) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.
    3. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.
    4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
    5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, e aceito pela Administração;
    6. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas e demais cominações legais.
    7. A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação enviada pela Administração.
13. RESPONSÁVEL:
    1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância, da aprovação pelo Diretor Executivo do Departamento de Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração do procedimento licitatório.

Brasília/DF, 01 de dezembro de 2015.

|  |  |
| --- | --- |
| **LEONARDO JOSÉ MAIA FREIRE** | **ALESSANDRO M. S. EVANGELISTA** |
| *Papiloscopista Policial Federal*  *Chefe do SEPEX/DSEG/INI/DIREX/DPF* | *Papiloscopista Policial Federal Chefe substituto do SEPEX/DSEG/INI/DIREX/DPF* |

**APROVAÇÃO**

Aprovo este termo de referência para registrar em **Ata de Registro de Preços**, fornecimento de **espelho de papel** compor o conjunto de identificação funcional dos servidores do Departamento de Polícia Federalem **\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ .**

**ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO**

*Delegado de Polícia Federal*

*Diretor Executivo/DPF*

**ANEXO I**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(nome empresarial da licitante)

Inscrita no CNPJ N.º : \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(endereço completo)

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF/MF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que:

1. Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE LEGAL**